

Ofensiva neoliberal “ações afirmativas” e estratégia revolucionária

O desvio do ascenso operário que eclodiu nas greves do ABC de 1978-80 abriu o caminho para que a burguesia deflagrasse a ofensiva neoliberal dos anos 90. A estratégia de separar a luta econômica da luta política pela democracia – combinando corporativismo econômico nas greves e conciliação de classes nas Diretas Já e nas eleições posteriores – foi paulatinamente sendo substituída, por parte da direção reformista que hegemonizava o PT, pela estratégia de conter e amortecer as próprias lutas econômicas para se constituir como uma alternativa eleitoral por dentro da democracia burguesa.

O amortecimento da luta de classes para fazer emergir o PT como uma alternativa eleitoral assentou as bases para que a burguesia, paulatinamente, fosse revertendo a correlação de forças a seu favor, implementado as medidas neoliberais que já vinham ganhando espaço em outros países da América Latina: privatizações dos serviços públicos, intensificação dos níveis de exploração no chão das fábricas, retirada de direitos, arrocho salarial, desemprego e terceirização. Para os negros, isto significou também um salto exponencial na violência policial e na população carcerária.

O ceticismo em relação à possibilidade da classe operária emergir como sujeito político independente da burguesia, assim como a estratégia de conciliação de classe elevada à sua décima potência nos marcos da democracia burguesa, golpearam profundamente as tendências à organização e luta do negro de forma independente do Estado tal como existiam nos anos 70 e parte dos 80.

A origem das ações afirmativas

Frente aos movimentos de massas por direitos civis universais e pela igualdade racial que se alastraram pelos EUA nas décadas de 50 e 60, fazendo tremer as bases da potência imperialista mais poderosa do mundo, questionando sua participação na Guerra do Vietnã, as “ações afirmativas” surgem como um conjunto de medidas propostas pelo governo dos Estados Unidos para dividir o movimento negro com algumas concessões mínimas dadas em substituição da generalização universal dos direitos civis reivindicados, cooptando e corrompendo setores minoritários de negros para a conformação de uma camada de negros de classe média que servisse de amortecimento para o choque entre as massas negras empobrecidas e a minoria branca que compõe a elite daquele país. Com a derrota da ala esquerda do movimento negro representada por Malcom X e os Panteras Negras (que se opunham a aceitar as cotas) a partir do assassinato de seus principais líderes e da brutal repressão estatal contra esses movimentos, as cotas terminaram sendo implementadas nos EUA. Logo, as ações afirmativas transformaram-se em instrumento de política exterior do imperialismo, que através de suas ONGs, Fundações multinacionais e agências instaladas em países como o Brasil passou a difundir esse mecanismo como forma de lidar com o ascenso das massas negras influenciadas pelo movimento negro nos EUA e pelas lutas de libertação nacional na África. Com a ofensiva neoliberal, grande parte das concessões mínimas dadas para acabar com o ascenso das massas negras nos anos 50 e 60 foram novamente retiradas.

As ações afirmativas surgem internacionalmente dentro do bojo das várias “políticas compensatórias” de cunho assistencialista que caracterizaram a adequação ao “Estado mínimo” próprio da ofensiva neoliberal em detrimento da universalização de direitos básicos e elementares que caracterizava o modelo do “Estado de bem-estar” construído na Europa após a 2ª Guerra Mundial. Ou seja, constituem-se como demandas mínimas restringidas em função dos ajustes fiscais necessários ao pagamento da dívida pública ao capital financeiro internacional. Em alguns casos, como no das cotas para as universidades, as ações afirmativas não questionam a condição elitista de um direito que deveria ser universal. Desta forma, os problemas democráticos mais elementares que historicamente não foram encarados pelas classes dominantes do país, e que tiveram os negros como suas principais vítimas, como o acesso à saúde e à educação gratuita e de qualidade para todos, são esquecidos ou colocados de lado em troca de algumas concessões mínimas a uma restrita minoria de negros enquanto a maioria esmagadora segue como sempre esteve.

A implementação das ações afirmativas no Brasil

Já nos primeiros anos da década de 80, a burguesia brasileira, percebendo a enorme ameaça que significava a organização das massas negras de forma independente do Estado para lutarem contra toda a condição de exploração e opressão a que foram historicamente submetidas, começou a criar “secretarias do negro” em seus governos municipais e estaduais para tentar reproduzir no Brasil a mesma estratégia que havia sido implementada nos EUA. Na década de 90, essa estratégia foi aprofundada e erigida como instrumento privilegiado do governo federal por Fernando Henrique Cardoso, que buscou promover a as primeiras iniciativas de cotas no país. No governo Lula foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) e foi aprovado o “Estatuto da Igualdade Racial” no Congresso (ainda que

este tenha sido mutilado em diversas reivindicações do movimento negro para viabilizar sua aprovação); e começaram a ser implementadas em algumas universidades federais um sistema de cotas restrito a uma parte minoritária das vagas existentes em cada instituição e numa proporção inferior ao real peso da população negra de cada estado. Mesmo com essas restrições e limitações, os defensores da “democracia racial” se organizaram para combater tais medidas e, em distintas universidades, estudantes proto-fascistas fizeram ações de repúdio.

No governo Dilma, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso aprovaram uma Lei que obriga as universidades federais a separarem 50% de suas vagas para estudantes de escolas públicas, e metade dessas (ou seja, 25%) para cotas raciais proporcionais ao peso de negros e índios na população de cada estado.

A adesão do movimento negro às ações afirmativas

Apesar de, num primeiro momento, boa parte do movimento negro ligado às correntes da esquerda ter assumido uma postura crítica em relação às ações afirmativas, progressivamente esses setores foram sendo cooptados para as secretarias das distintas esferas de governo e para as ONGs, transformando as ações afirmativas em seu principal programa e reivindicando a pressão sobre os órgãos do Estado e os partidos dominantes para que sejam implementadas como a sua principal estratégia. Com a chegada do petismo ao governo federal, inclusive os setores até então mais críticos foram cooptados ou corrompidos, restando poucos grupos que resistiram minimamente aos “cantos de sereia” e como mínimo mantiveram certa denúncia de como as cotas não atingem a maioria esmagadora dos negros.

O lulismo, com a ajuda das direções reformistas do movimento negro, conseguiu vender o Estatuto da Igualdade Racial e as cotas como “grandes avanços sociais” de caráter histórico. Apesar do reacionarismo dos

setores higienistas, hoje minoritários, e dos defensores mais recalcitrantes da chamada “democracia racial”, não por acaso as cotas começaram a ser implementadas pelo governo FHC, um insuspeito defensor da teoria criada por Gilberto Freire. As concessões feitas através das ações afirmativas implementadas pelos governos, ao contrário de implicarem qualquer tipo de “reparação histórica” – como costumam dizer os reformistas do movimento negro –, se encaixam perfeitamente no programa de “melhoria” e “aperfeiçoamento” da chamada “democracia racial”, sem fazer qualquer questionamento mais de fundo aos mecanismos estruturais e históricos que garantem a reprodução do racismo e cumprem um papel tão fundamental para a sustentação do esquema de acumulação capitalista baseado no trabalho precário. Aqui também o petismo “roubou” parte do programa dos tucanos, abandonando os valores social-democratas que em sua origem defendiam direitos universais, dando uma roupagem mais de esquerda à “miséria do possível” dentro dos marcos de um país que destina mais de 40% de seu orçamento público para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública a não mais que 20 mil famílias milionárias, que em muitos estados gasta muito mais em “segurança pública” do que em educação.

A adaptação da esquerda à “miséria do possível”

Mas não é apenas o movimento negro petista que considera um importante triunfo as ações afirmativas feitas pelo petismo no governo federal. As principais organizações da esquerda anti-governista também partem de reivindicar as cotas concedidas pelo governo como um “grande avanço”. Tal é sua adaptação à miséria do possível que não denunciam o fato de que a esmagadora maioria dos negros não tem nem mesmo uma educação fundamental decente e nem consideram a possibilidade de vir a cursar o ensino superior. Tanto o PSOL como o PSTU defendem, no máximo, uma “ampliação das políticas públicas” a outros direitos fundamentais e uma extensão de sua abrangência,

nem mesmo colocando como programa a necessidade de que sejam universais, tampouco de que sejam subproduto com uma estratégia de independência de classe.

Vindo do PSOL, um partido que defende um programa reformista, essa realidade apenas demonstra como sua estratégia de conciliação de classes o condiciona ao *status quo* de um reformismo de reformas parciais e restringidas, abandonando a defesa da universalização dos direitos fundamentais que era levantada pela social-democracia do pós 2ª Guerra. Mas, vindo do PSTU, que defende o programa da revolução socialista, esse fato demonstra como sua estratégia está adaptada à miséria do possível de conquistas nos marcos da democracia burguesa. De que adianta o PSTU dizer que o fim da opressão ao povo negro só se dará no marco da revolução socialista se no dia-a-dia da atuação nos sindicatos este partido alimenta as ilusões nesse mecanismo de conciliação e amortecimento da luta de classes que constitui as ações afirmativas?

Ao mesmo tempo em que defendem as cotas implementadas por Dilma como um importante triunfo, o PSOL e o PSTU consideram “sectário” nosso combate para que toda e qualquer defesa das cotas esteja inseparável da luta pela estatização das universidades privadas, pelo fim do vestibular e pela aplicação do critério de cotas proporcionais à população de cada estado sobre todas as vagas disponíveis como única via de garantir uma efetiva democratização do acesso ao ensino superior – ligada a um ensino fundamental e a condições gerais de vida dignas. Ou seja, consideram sectário estabelecer como mínimo programático o direito universal ao ensino superior e a uma educação de conjunto gratuita e de qualidade.

Esses partidos, assim como muitas alas do movimento negro, justificam sua adaptação à miséria do possível com o argumento da necessidade de uma “reparação histórica” frente aos séculos de opressão impostos

ao povo negro. Mas é uma vergonha – uma subversão completa dos valores minimamente progressistas (pra nem dizer os revolucionários) – considerar que as concessões que o governo dá a título de ações afirmativas possam significar qualquer tipo de reparação histórica! Mesmo que, frente à ameaça de perder o poder, a burguesia concedesse o acesso livre e direto de toda a população ao ensino superior gratuito e de qualidade com cotas proporcionais à população negra de cada estado para desviar uma revolução, essa concessão estaria longe de qualquer reparação histórica ao povo negro, pois seria apenas o mínimo necessário para um ponto de partida menos injusto, desigual e repleto de privilégios. Ou seja, mesmo a plena igualdade de direitos econômicos, políticos e sociais aos negros – com os direitos elementares universalmente garantidos pelo Estado – não garante uma “reparação histórica” pelo que sofreram nas mãos do imperialismo e das elites nativas ao longo de séculos.

Por outro lado, a adaptação da esquerda anti-governista ao *status quo* da democracia neoliberal em que vivemos demonstra-se na sua política em relação ao trabalho precário, à diferenciação salarial de brancos e negros, às favelas e à violência policial, quatro pilares do esquema de acumulação capitalista que são inseparáveis do racismo. Os sindicatos dirigidos pela esquerda não travam uma luta minimamente consequente em defesa dos trabalhadores terceirizados, temporários, informais ou mais precários (sendo que os parlamentares do PSOL chegaram a apoiar a lei do Super-simples, que flexibilizou ainda mais as condições de trabalho nas pequenas e médias empresas). Esses sindicatos não lutam para que todos os trabalhadores brancos e negros ganhem o mesmo quando realizam o mesmo trabalho; assim como não lutam para que todos os setores precarizados da classe trabalhadora tenham salários e direitos iguais aos efetivos melhor posicionados, e muito menos lutam para que os terceirizados sejam incorporados como parte do quadro efetivo das empresas (sendo inclusive contrários a que essa incorporação se dê sem concurso no caso do serviço público). A

luta contra a desigualdade salarial em cada empresa e repartição pública deve ser parte central do combate ao racismo, que tem sua expressão mais brutal nos milhões de trabalhadores precários e terceirizados, mas é necessária também em setores melhor qualificados, dos médicos, professores universitários e técnicos. Tampouco lutam pelo confisco dos imóveis utilizados para a especulação imobiliária para fins de reforma urbana ou por um plano de obras públicas controlado pelos sindicatos, que acabe de vez com o problema das moradias precárias e das enchentes que matam e desabrigam dezenas de milhares de famílias negras todos os anos. E muito menos lutam pelo fim da violência policial contra a juventude negra nas favelas e periferias através da dissolução da polícia, adaptando-se ao programa de uma “segurança pública mais democrática”.

Essas distintas batalhas hoje cumprem um papel fundamental em qualquer programa minimamente consequente de luta contra a opressão racial. Mas os sindicatos dirigidos pela esquerda anti-governista se restringem ao corporativismo economicista e ao rotineirismo das datas-bases, contentando-se em representar os setores mais bem pagos das categorias, quando muito participando de marchas ou campanhas anti-neoliberais, que por estarem a serviço da projeção superestrutural dessas correntes, descolados dos métodos da luta de classe e da hegemonia proletária na ação, servem apenas para fins eleitoralistas, dentre os quais se inclui a plataforma das ações afirmativas.

Muitos setores reformistas do movimento negro criticam os revolucionários dizendo que, para nós, “a questão negra só poderá ser resolvida com a revolução socialista”, e que por isso “não nos dispomos a combater o racismo no dia-a-dia”. Vindo de direções reformistas conscientes, sabemos que essa é uma forma de justificar sua estratégia de reivindicar a “miséria do possível” nos marcos da democracia burguesa neoliberal. Entretanto, não podemos deixar de enxergar que, nessa crítica, os reformistas se apoiam em um abandono

da estratégia revolucionária por parte das correntes de origem trotskista como o PSTU, que, adaptando-se ao corporativismo econômico, não defendem que as demandas do povo negro sejam objeto de greves operárias, e depois contentam-se com o apoio às ações afirmativas, combinado com a propaganda abstrata do socialismo. Essa mescla de sindicalismo e propaganda abstrata, no fundo, esconde por trás de si o oportunismo em relação à política da burguesia para o movimento operário de limitar as reivindicações das organizações de massas ao patamar reivindicativo econômico mais mínimo, impedindo-as de levantar as demandas mais sentidas pela maioria mais explorada e oprimida do país.

Programa e estratégia para responder à questão negra hoje

O petismo busca vender a ideia de que os setores mais pobres da população, impulsionados pelo crescimento econômico, pelo crédito farto e pelos planos assistenciais, vão ascender socialmente de forma sustentada, formando uma “nova classe média” que sairia da pobreza estrutural e daria lugar a um “país de classe média”. Essa imagem, ligada às ações afirmativas, ao serem defendidas por um presidente que teve uma origem social igual à da maioria da população, oferece uma ilusão de que se poderia “superar” o racismo e a opressão aos negros por uma via gradual e evolutiva, no marco do projeto de país que vem sendo implementado pelas classes dominantes.

A ideia de uma ascensão social sustentada não é somente uma mentira que nega o papel estrutural do trabalho precário no esquema de acumulação capitalista. Mais do que isso, frente aos desdobramentos da crise econômica mundial, com seus novos impactos sobre o Brasil, o setor social que mais sofrerá será justamente a maioria negra do país, pois a condição flexível do trabalho precário existe justamente para se adaptar mais facilmente aos ciclos de ascenso e declínio da economia. O que nos anos de bonança foram mais empregos, mais

renda e mais poder de consumo através do crédito, nos anos de crise serão mais desemprego, queda da renda e dívidas impagáveis.

A cooptação do movimento negro para as ações afirmativas, ligado a uma transformação da questão negra “embranquecida” em mercadoria de consumo capitalista (atores negros com padrões estéticos brancos, propagandas de produtos de beleza que “embranquecem” as características genuinamente negras etc.), estão associados a uma negação ou retrocesso da identidade negra que havia se forjado no ascenso dos anos 70 e 80. Entretanto, contraditoriamente, o fato de que não só negros como também pardos passem a se autodeclarar negros para se beneficiar do programa de cotas nas universidades, ao ponto da burguesia querer fazer uma “averiguação se são negros de fato”, constitui um indicador de que a identidade está reprimida pelo racismo, mas sem deixar de existir de forma latente.

É nesse marco que os milhões de empregos precários criados sob o lulismo guardam uma enorme potencialidade de luta de classes. Essa potencialidade já se expressa embrionariamente – mesmo nos anos de crescimento – nas revoltas da construção civil e dos trabalhadores precários que lutam contra as condições semiescravas de trabalho, como vimos explodir nas obras do PAC e da Copa nos últimos anos, e que tiveram sua expressão mais radicalizada na rebelião dos operários de Jirau em 2011 e de Pacém e Suape, em 2012. Devemos nos preparar para que uma irrupção generalizada dos trabalhadores precários em todo o país emerja juntamente com um novo ascenso da identidade negra. Da mesma forma como no ascenso operário dos anos 70 e 80 onde os negros tiveram o momento de maior afirmação de sua identidade na história do país, os negros, num próximo ascenso da luta de classes, certamente colocarão seu peso na balança da história. É necessário construir um partido revolucionário que contribua para que, da próxima vez esse peso seja determinante, a classe operária possa triunfar.

Em 1922, as “Teses sobre a questão negra”, do 4º Congresso da Internacional Comunista, dizem que

A história reservou aos negros dos EUA um papel importante na libertação de toda a raça africana. (...) A grande participação dos negros na indústria pós-guerra, o espírito de rebelião que neles foi despertado pelas brutalidades de que são vítimas, coloca os negros da América e, sobretudo, os da América do norte, na vanguarda da luta da África contra a opressão.

Por ser o maior país de população negra fora da África, os negros brasileiros podem e devem colocar-se a tarefa de ser vanguarda da luta pela emancipação do povo negro subjugado pelo imperialismo tanto na África como em todos os demais países do mundo. Esse ponto de vista internacional para a luta negra foi completamente perdido e é necessário ser resgatado.

A primeira tarefa da luta contra a opressão negra ainda é desmascarar o racismo que se esconde por trás da ideologia da “democracia racial” (atrás da qual também se escondem os discursos de racismo genético ainda existentes). A luta política contra a estratégia de conciliações de classes em torno às ações afirmativas será tão mais eficaz quanto mais se demonstrar como esta não entra em contradição com o programa de “aprofundamento da democracia racial”.

Ao mesmo tempo em que denunciemos como as ações afirmativas constituem pequenas concessões que atingem apenas uma ínfima minoria de negros enquanto a maioria esmagadora segue nas mesmas condições, acompanhamos a experiência dos setores do movimento negro que têm ilusões nessa perspectiva, criticando seus limites e alentando os métodos da luta de classes e da ação direta e independente do Estado e da burguesia para lutar até mesmo pelas demandas mais mínimas, combatendo as estratégias conciliadoras que aceitam restringir sempre um pouco mais as já parcas migalhas para chegar a acordos pacíficos com as elites racistas do país. As deman-

das mínimas específicas do movimento negro precisam se colocar no marco de direitos universais que beneficiem toda a população negra, em especial a maioria mais pobre. Na medida em que são encaradas como demandas de direitos universais que atinjam toda a população negra e não uma minoria privilegiada, as reivindicações mínimas do povo negro adquirem imediatamente um caráter mobilizador da luta de classes.

Um programa de luta contra a opressão racial deve defender o fim do trabalho precário na cidade e no campo, com a incorporação dos terceirizados, temporários e informais como parte das empresas em que trabalham (sem necessidade de concurso, no caso do serviço público), com salários e direitos iguais para trabalhos iguais e um salário mínimo equivalente ao do Dieese. Frente às enchentes que todo ano assolam o país, à falta de moradias e à precariedade das moradias nas favelas, devemos lutar pela expropriação (sem indenização) dos imóveis destinados à especulação imobiliária, bem como por um plano de obras públicas controlado pelos sindicatos, que acabe com as favelas e as enchentes, dando condições de moradia digna para todos e gerando empregos. A defesa de direitos econômicos, políticos e civis iguais entre brancos e negros deve garantir a liberdade de culto das religiões afrodescendentes.

Para acabar com a violência policial, devemos lutar pelo fim das UPPs e todos os grupos policiais especializados na repressão social, impulsinando uma campanha pela punição de todos os responsáveis pela morte dos negros e pobres nas favelas, constituindo as forças necessárias para que, ligado ao recrudescimento da luta de classes, se possam materializar a constituição de milícias proletárias de autodefesa que imponham a dissolução da polícia e de todos os órgãos de repressão da burguesia.

Para acabar com a miséria no campo, devemos defender a combinação entre uma ampla reforma agrária, com acesso a crédito barato para aqueles que querem plantar, combinada com a titulação das terras

quilombolas e a expropriação do agronegócio com a abertura de frentes de trabalho coletivo em empresas estatais e no campo, controladas pelos operários agrícolas para o abastecimento de alimento às cidades. A titulação das terras quilombolas deve ser tomada como um símbolo de luta contra o projeto de país historicamente constituído sobre a base do latifúndio agroexportador. É necessário defender a criação de “cordões verdes” no entorno das grandes cidades, que não só combine empresas agrícolas estatais com a repartição de terras de qualidade e boa localização aos camponeses pobres, mas que também amplie o potencial de solução do adensamento demográfico nas cidades e dê uma solução para acabar com os desastres humanitários e ecológicos provocados pela urbanização anárquica do capitalismo. Tanto o plano de obras públicas como o crédito barato aos camponeses pobres ou às empresas agrícolas estatais devem ser financiados com o dinheiro hoje utilizado para pagar juros e amortizações da dívida pública, bem como mediante a aplicação de impostos progressivos aos capitalistas. Esse programa, tomado com um todo, deve estar a serviço de colocar de pé as batalhas parciais que vão forjar uma vanguarda que, a partir de sua experiência concreta na luta de classes, deve chegar à conclusão sobre a necessidade de expropriar a burguesia, planificar a economia e lutar pelo socialismo em nível internacional.

Essas são as consignas fundamentais ao redor das quais atualmente devemos lutar pela unidade das fileiras operárias e pela afirmação da identidade negra existente dentro do proletariado como pré-condição para a afirmação da classe operária como sujeito político independente da burguesia. Para combater o corporativismo que predomina nas categorias de trabalhadores mais organizadas e, assim, transformar a luta contra a opressão ao povo negro como parte das tarefas fundamentais para que a classe trabalhadora unifique suas fileiras e emergja como sujeito político independente da burguesia, esse programa deve ser defendido pelos sindicatos e organizações operá-

rias, em primeiro lugar pelos que são dirigidos pelas correntes que se reivindicam da esquerda.

Frente aos futuros ascensos da classe operária brasileira, que também serão ascensos de afirmação da identidade negra, cada uma das batalhas parciais devem ser combinadas e articuladas entre si, aproveitando as crises econômicas e políticas assim como os ascensos da luta de classes, com o objetivo de preparar a tomada do poder pela classe operária através de uma combinação entre a greve geral política e a insurreição, apoiada pelo conjunto da população explorada e oprimida, instalando um governo baseado nos organismos de democracia direta e autodeterminação das massas, destinado a expropriar a burguesia, planificar os meios de produção, lutar contra todos os tipos de opressão — racismo, machismo, homofobia etc. — e pela expansão internacional da revolução. Dentro dessa dinâmica revolucionária, na qual a resolução das demandas democráticas pendentes se liga com início da planificação socialista da economia, a revolução proletária irá parir, como parte de si mesma, uma revolução negra que cumprirá um papel chave no levantamento das massas negras africanas e norte-americanas, como parte de uma cadeia que deve levar à expansão da revolução em nível internacional até sua consolidação em escala mundial, assentando as bases para a extinção das classes sociais e conseqüentemente do Estado como instrumento de opressão de uma classe sobre outra, abrindo o caminho para o desenvolvimento da humanidade como uma associação de homens livres produtores, entendendo a produção e o trabalho não como o fardo alienante imposto pelo capitalismo e, sim, como relação criativa e emancipadora do homem com a natureza, como arte.
